



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026
EDITAL Nº 051/2026

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: ABERTO

A Prefeitura Municipal de Indaiatuba, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a aquisição e instalação de cesto aéreo isolado, a ser instalado em veículo pertencente a frota da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, de acordo com as descrições contidas em seus anexos.

O presente Pregão Eletrônico, será regido nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Leis Complementares nºs 123 de 14 de dezembro de 2006 e 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 15.635 de 18 de fevereiro de 2026, Plano de Contratação Anual (PCA) - 2026, publicado na Imprensa Oficial do Município em 28 de novembro de 2025 – Edição nº. 3451 e disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em 18 de novembro de 2025 – Código nº. 8971, e demais legislação aplicável, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O ETP - Estudo Técnico Preliminar, encontra-se disponível no processo licitatório.

ADVERTÊNCIA: A Prefeitura Municipal de Indaiatuba **ADVERTE** aos Licitantes no sentido de que não está hesitando em penalizar as empresas que descumpram as exigências editalícias. Solicitamos, desta forma, que as Empresas apresentem suas Propostas e Lances de forma consciente, com a certeza de que poderão cumprir com a efetiva entrega do objeto, da forma como foi solicitado no Edital, dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos. Vale lembrar também que, os pedidos de realinhamento de preço são exceções à regra, destinados sempre às situações excepcionalíssimas e, somente serão deferidos, se em total consonância com a legislação vigente. Ratificamos, portanto, que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a Administração Pública, como para as Empresas.

SISTEMA: BBMNET LICITAÇÕES

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 22/05/2026 08:30 horas

ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 22/05/2026 08:31 horas

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 22/05/2026 09:00 horas

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: www.bbmnet.com.br,
www.indaiatuba.sp.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br

LOCAL: www.bbmnet.com.br

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos através da Agente de Contratação, **Sra. Bruna de Oliveira Amancio Rocha**, denominada Pregoeira, assessorada pela sua Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica, no endereço www.bbmnet.com.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

1 - DO OBJETO

1.1 - Aquisição e instalação de cesto aéreo isolado tipo pantográfico ou tecnologia equivalente e/ou superior, destinado a execução de trabalhos em altura, a ser instalado sobre veículo pick-up S-10 LT Diesel, chassi cabine simples, pertencente a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, com prazo de entrega e instalação em até 30 (trinta) dias corridos, de acordo com a descrição constantes do **Anexo I**, que faz parte integrante deste edital.

1.2 – Os valores estimados encontram-se disponíveis para consulta através do site da Prefeitura (juntamente com o arquivo do edital) e BBMNetlicitações, nas informações cadastradas em cada item.

2 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão Eletrônico correrá à conta da seguinte dotação orçamentária vigente, codificada pelo nº 01.03.02.26.4521003.2001.4.4.90.52, da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, cujos valores serão informados na Nota de Empenho, pela Secretaria requisitante.

3 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E IMPUGNAÇÕES

3.1 - Os **esclarecimentos e impugnações** deverão ser **anexados no sistema da BBMNet** para posterior análise e resposta da Pregoeira.

3.1.1 – Decai do direito de solicitar **esclarecimentos e impugnações** nos termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer antes do **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

3.2 - Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações via e mail, apenas via site da BBMNet.

4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar desta Licitação **todas as empresas interessadas**, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.

4.1.1 - Licitantes do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos;

4.1.2 – Pessoa Jurídica pode participar dessa licitação em consórcio, desde que observadas as normas constantes no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2 - Por força das disposições das Leis Complementares nºs 123/06 e 147/14 e posteriores alterações, esta licitação será permitida a participação de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, aptas a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pelas Leis Complementares nºs 123/2006 e 147/2014;

4.3 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.bbmnet.com.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

4.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4.1 - Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.bbmnet.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

4.4.2 - As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.bbmnet.com.br.

4.5 - Não poderão disputar desta licitação:

4.5.1 - As empresas estrangeiras que não funcionem no País;

4.5.2 - Nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo sanção da suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Indaiatuba.

4.5.2.1 - O impedimento de que trata o item 4.5.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5.3 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.5.4 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.5.5 - Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5.6 - Não poderá participar de licitações ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, Autarquias e Fundação, conforme art. 123 inciso 10 e art. 124 da Lei Complementar Municipal nº 45/2018, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Indaiatuba, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.6.1 - A vedação de que trata o item 4.5.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

5 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1 - O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

5.1.1 - Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

5.1.2 - Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

5.1.3 - Abrir as propostas de preços;

5.1.4 - Analisar a aceitabilidade das propostas;

5.1.5 – Desclassificar, conforme orientação da equipe técnica, as propostas indicando os motivos;

5.1.6 - Conduzir os procedimentos relativos aos lances, escolha da proposta ou do lance de menor preço;

5.1.7 - Verificar a habilitação do proponente;

5.1.8 - Declarar o vencedor;

5.1.9 - Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

5.1.10 - Elaborar a ata da sessão;

5.1.11 - Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicação/homologação, para autorizar a contratação.

6 – PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES

6.1 - A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.bbmnet.com.br, opção "entrar" opção "Sala de Disputa – efetuar login".

6.1.1 - As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu "Sala de Disputa".

6.1.2 - O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando "enviar proposta".

6.1.3 - O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

6.1.4 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

6.2 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3 - Caso haja desconexão com a Pregoeira no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4 - Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes/itens, a Pregoeira designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

6.5 - O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação/homologação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal "www.bbmnet.com.br", site da Prefeitura de Indaiatuba "www.indaiatuba.sp.gov.br" e PNCP - Portal Nacional Compras Públicas que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

6.6 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema da BBMNet, que:

6.6.1 - Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

6.6.2 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

6.6.3 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.6.4 - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.6.5 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991.

6.7 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.8 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

6.8.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.9 - A falsidade da declaração de que trata os itens 6.6.1 ao 6.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.10 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.11 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

6.12 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

7 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 - O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2 - As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

7.2.1 - Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

7.2.1.1 – O cesto aéreo deverá atender a todas as especificações constantes deste Edital e seus anexos.

7.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

7.5 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

7.6 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer o cesto aéreo devidamente instalado, em quantidade e qualidade adequada, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.7 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR UNITÁRIO**.

7.8 - No campo “**PROPOSTA**”, do sistema da Bolsa Brasileira, será necessário informar a **MARCA/MODELO/FABRICANTE**, sob pena de desclassificação.

7.9 - Ao preencher a marca no campo “proposta”, a licitante deverá **anexar o catálogo técnico ou documento com as especificações completa dos itens**, no campo “**FICHA TÉCNICA**” do sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias, **sob pena de desclassificação**.

7.10 – **É vedada a identificação do licitante em qualquer campo ou anexo** quando do preenchimento da proposta eletrônica, **sob pena de desclassificação imediata**.

7.11 - Verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP/MEI e informar em campo próprio da plataforma BBMNET Licitações.

7.12 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, **utilizando-se até 02 (duas) casas decimais; (EXCLUSIVAMENTE SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O REFERIDO ITEM)** e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

8 - ABERTURA DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E LANCES

8.1 - A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio, passando a Pregoeira a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2.1 – Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

8.2.2 – Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ou igual a qualquer outro registrado.

8.3 - Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido à Pregoeira (caso ocorra, será informado a todos os participantes durante a sessão), a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens da mesma licitação.

8.3.1 - Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, a Pregoeira poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

8.4 - **ABERTO:** O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática. O sistema informará **“Dou-lhe uma”** quando faltar 02m00s (dois minutos para o término da etapa de lances (sessão pública), **“Dou-lhe duas”** quando faltar 01m00s (um minuto). Na hipótese de haver lances nos últimos 02m00s do período de duração da sessão pública, o sistema prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02m00s a partir do momento do registro do último lance e, na linha do lote, na coluna **“Situação”**, aparece a informação **“prorrogado Dou-lhe uma”, “prorrogado Dou-lhe duas”**.

8.4.1 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.4.2 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.4.3 - A Pregoeira tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.

8.4.4 - Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna Situação) e, no caso de Prorrogação Automática, o ícone de “Dou-lhe uma”, “Dou-lhe duas”, é exibido;

8.5 - Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 e 147/2014 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor de ME/EPP/MEI.

8.6 - O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

8.7 - Quando autorizado e devidamente justificado pela pregoeira, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.

8.8 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.8.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8.2- A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.9 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.10 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

8.11 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.12 - O lance deverá ser ofertado pelo **valor total**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

8.13 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.14 - A Pregoeira efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**menor preço global**", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor do item para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

8.15 – Após finalizado os lances, e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, a Pregoeira negociará a redução do preço com o seu detentor.

8.16 – Em seguida serão ordenadas as ofertas, a Pregoeira comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei Federal 14.133/21 e verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas no Edital.

8.16.1 - O licitante detentor da melhor oferta deverá vincular os documentos de habilitação no prazo constante no item 9.6 deste edital.

8.17 – No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos no edital, a contar da convocação pela Pregoeira através do chat de mensagens.

8.18 - A inobservância aos prazos elencados nesse edital, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Pregoeira.

8.19 - Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.20 - Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

8.21 - Se tratando de microempresas, empresas de pequeno porte, micro empreendedor individual e cooperativas, deverá atender do item 10 ao 10.2.1.

8.22 - Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.22.1 - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.2 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

8.22.3 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.22.4 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (*compliance*), conforme orientações dos órgãos de controle.

8.23 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.23.1 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.23.2 - Empresas Brasileiras;

8.23.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.23.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.23.5 – Permanecendo empate, após aplicação de todos os critérios de desempate, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público (plataforma da BBMNet), art. 28 da Instrução Normativa Seges/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

8.24 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.24.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.24.2 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.25 - Será desclassificada a proposta que:

8.25.1 - Contiver vícios insanáveis;

8.25.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.26 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.27 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

8.27.1 - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

8.27.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;

8.27.3 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.28 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.28.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.29 - É facultado à pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, para envio da Documentação, item a item, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 - Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relação-apeados>); e

9.1.2 - Certidões negativas referentes a punições vigentes, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>).

9.2 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas e inabilitará o referido Licitante.

9.3 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.4 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, através do cartão do CNPJ.

9.5 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.6 - Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, deverão ser enviados no **prazo de até 02 (duas) horas, devendo ser inseridos através do botão "Inserir documentos de habilitação"**, após finalizado os lances do último item, a contar da convocação da Pregoeira, por meio eletrônico, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

www.bbmnet.com.br, podendo ser prorrogado a critério da pregoeira, uma única vez, por igual período, ou seja, até 2(duas) horas.

9.6.1 - Os documentos de habilitação enviados, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9.6.2 - A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

9.7 – Simultâneo ao envio dos documentos de habilitação, deverá ser anexada a **Proposta Final através do botão "Anexar Documento de Proposta Final"** no mesmo **prazo de até 02 (duas) horas**.

9.7.1 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo estabelecido, acarretará na inabilitação da licitante, bem como o não envio da Proposta Final acarretará na desclassificação da proposta, podendo a Pregoeira convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

9.8 - Para habilitação jurídica:

9.8.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.8.2 - Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores;

9.8.3 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.9 - Para qualificação econômico-financeira:

9.9.1 - Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida em até 90 (noventa) dias anteriores à data do envio dos documentos de habilitação ou no prazo fixado na certidão, se houver.

9.9.1.1 - Havendo a exigência de complementação indicada na própria certidão de falência, deverá ser apresentada a respectiva certidão complementar, nos termos ali indicados, conforme orientação do Tribunal de Justiça da sede da Licitante.

9.10 - Para regularidade fiscal:

9.10.1 - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Esse documento também serve, para a comprovação do enquadramento da Licitante no Regime Diferenciado.

9.10.2 - Certificados de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

9.10.3 - Prova de regularidade com a Fazendas Federal, Estadual e Municipal, as quais deverão ser apresentadas conforme abaixo especificado;

9.10.3.1 – A regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluída a regularidade junto à Seguridade Social (INSS).

9.10.3.2 – A regularidade Estadual deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos à Procuradoria Geral do Estado (Coordenadoria da Dívida Ativa), devendo compreender os débitos **INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.**

9.10.3.3 - A comprovação da regularidade fiscal municipal deverá ser apresentada através de certidão relativa a **TRIBUTOS MOBILIÁRIOS.**

9.11 - Para regularidade fiscal trabalhista:

9.11.1 – Certidão negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

9.12 - As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeito de Negativa.

9.13 - Para qualificação técnica:

9.13.1 - A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação de atestado de capacidade fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento e/ou instalação de equipamento similar, compatível com o objeto licitado.

9.13.2 - Este documento **deverá ser assinado pelo representante legal da empresa ou órgão público** e deve conter informações sobre a empresa contratada e como se deu o atendimento do que foi contratado, ou seja, **sugerimos que contenham as seguintes informações:**

- a) Dados da pessoa jurídica que o emitiu: CNPJ, razão social, endereço, e-mail, numero do telefone, salvo para atestados emitidos por pessoa de direito publico em papel timbrado do respectivo Ente;
- b) Dados da Licitante: razão social, CNPJ, endereço, e-mail, numero do telefone;
- c) Quais os serviços que foram prestados ou quais produtos foram fornecidos;
- d) Quantidades, duração do contrato;
- e) Papel timbrado ou com carimbo do CNPJ.

9.13.3 - É possível a qualquer momento que a Administração realize **diligências** para esclarecer o conteúdo informado no atestado.

9.14 - Deverá indicar responsável técnico habilitado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou conselho profissional competente, que será responsável pela supervisão técnica dos serviços de instalação e adaptação do equipamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

9.14.1 - O profissional deverá fazer parte do quadro permanente da empresa licitante até a data da apresentação do documento de habilitação e proposta, na condição de empregado, contratado, diretor ou sócio, obrigatoriamente comprovado através de documentação pertinente a condição;

9.15 – Certificado de conformidade e qualidade do equipamento.

9.16 – Laudos técnicos e ensaios, especialmente aqueles relacionados ao sistema de isolamento elétrico e segurança operacional.

9.17 – Termo de garantia do equipamento, emitido pelo fabricante ou fornecedor, indicando o prazo e as condições de cobertura contra defeitos de fabricação. O documento deverá conter informações sobre assistência técnica autorizada responsável pela manutenção do equipamento, incluindo a identificação da empresa ou rede de assistência habilitada a realizar atendimentos, reparos e suporte durante o período de garantia.

9.18 - Apresentar as declarações conforme modelo ANEXO II, que faz parte integrante deste edital.

9.19 - A empresa deverá apresentar, Declaração de Atualização Cadastral, emitida através do site do Tribunal de Contas, conforme link: <https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp> **(em nome do responsável da empresa)**. **SOLICITAMOS ANEXAR NO ARQUIVO DOCUMENTAÇÃO, SUA AUSÊNCIA NÃO SERÁ MOTIVO DE DESCLASSIFICAÇÃO.** Havendo dúvidas, consultar o manual no link: https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/pdf/Manual_CadTCESP_Cadastro_Pessoa_Fisica_v1.0.pdf

9.20 - Os documentos mencionados acima deverão **referir-se exclusivamente ao local do estabelecimento da licitante participante do presente certame**, ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio, e estarem vigentes à época da abertura dos documentos de habilitação.

9.21 - Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feitas às repartições competentes quanto aos documentos acima mencionados.

9.22 - Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 180 (cento e oitenta) dias.

9.23 - A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

9.24 - A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Pregoeira.

10 - DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E COOPERATIVAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

10.1 - O tratamento diferenciado conferido às empresas acima especificadas, conforme tratam as Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006, 147, de 07 de agosto de 2014 e a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

10.1.1 - Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição diferenciada.

10.1.1.1 - O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas **perderá o direito ao tratamento diferenciado.**

10.1.2 - Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

10.1.2.1 – Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME, MEI, EPP e Cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

10.1.2.2 – Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de tratamento diferenciado. Nesse caso, a Pregoeira convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação.

10.1.3 – Caso ocorra a situação de empate descrita no item 10.1.2.1, o sistema convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o lote no prazo de 05 (cinco) minutos.

10.1.3.1 – Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais empresas que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 10.1.2.1 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

10.1.3.2 – As empresas classificadas no tratamento diferenciado que primeiro apresentar lance inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa será considerada arrematante pela Pregoeira, que encerrará a disputa do lote na sala virtual, e que deverá apresentar a documentação de habilitação, conforme item 9.6 deste edital.

10.1.3.3 – O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

10.1.4 – Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como MEI, ME, EPP ou Cooperativa, seja desclassificada pela Pregoeira, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

10.1.4.1 – Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, observado o previsto no item 10.1.2.2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

10.1.5 – O julgamento da habilitação das licitantes com tratamento diferenciado, obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

10.1.5.1 - A licitante que se encontrar nesta situação, será comprovado através do Cartão do CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. (Documento esse, que deverá ser anexado aos documentos de habilitação)

10.1.6 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pela Pregoeira. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

10.1.6.1 - Esclarecemos que para ter o direito do tratamento diferenciado a empresa, enquadrada no regime diferenciado, deverá apresentar a certidão vencida, para ter o direito de abertura de prazo para apresentação da certidão atualizada.

10.1.6.2 - Nos casos de que trata o item 10.1.6, a sessão será suspensa até a empresa vencedora apresentar o documento atualizado, de acordo com o prazo já definido em edital.

10.2 - A participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas mencionadas na Lei nº 14.133, de 2021, e microempreendedores individuais – MEI, terão prioridade de contratação, as licitantes sediadas local/regional, aplicando-lhes a prioridade de contratação até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. Esta priorização está devidamente amparada pelo § 3º do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006 com suas alterações, e inciso II do art. 9º do Decreto n.º 8.538/15

10.2.1 – Serão consideradas as licitantes local/regional, aquelas que estejam sediadas no máximo a 100 km, utilizando como referência o Paço Municipal da Prefeitura de Indaiatuba.

11 – DOS RECURSOS

11.1 - Proferida a decisão que declarar o vencedor, a Pregoeira informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata, motivadamente para cada item onde foi acatado a manifestação de recurso, de acordo com art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.bbmnet.com.br.

11.1.1 - O tempo máximo para manifestação da intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, podendo a pregoeira dar provimento ou negar o mesmo.

11.2 - Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio, www.bbmnet.com.br opção **RECURSO**. Os documentos aqui solicitados deverão estar assinados e digitalizados, pelo seu Responsável Legal, aos cuidados da Pregoeira responsável pelo certame, observados os prazos e horário estabelecidos no edital, no prazo de até **03(três) dias úteis até as 17h (horário normal de expediente)**, após o término da sessão pública. Não serão aceitos recursos e contrarrazões via e-mail.

11.2.1 - O sistema disponibilizará recursos e contrarrazões para todos os interessados. Decorrido os prazos legais o processo será remetido para julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

11.3 - Na hipótese de interposição de recurso, a Pregoeira encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente.

11.4 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5 - Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará/homologará o objeto do certame à licitante vencedora.

11.6 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7 - A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito ao mesmo, sendo que o objeto do certame será adjudicado/homologado pela autoridade competente do procedimento licitatório, ao licitante vencedor.

11.8 – O resultado final do Pregão Eletrônico, quando houver recurso, será divulgado na Imprensa Oficial do Município ou no Diário Oficial do Estado e site da Bolsa Brasileira de Mercadorias: www.bbmnet.com.br

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 - Compete à Contratante:

12.1.1 - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

12.1.2 - Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel recebimento do equipamento devidamente instalado.

13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 - Compete à Contratada:

13.1.1 - Efetuar o fornecimento e instalação do cesto aéreo, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes do Anexo I deste edital.

13.1.2 - Substituir, obrigatoriamente, o equipamento que não observar as exigências de qualidade para utilização citadas no Anexo I deste edital.

13.1.3 - Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14 - ENTREGA E RECEBIMENTO

14.1 – O fornecimento e instalação deverá ser realizada **no prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data da solicitação feita pela Secretaria requisitante e envio da Nota de Empenho, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

14.1.1 – É de responsabilidade da empresa, a instalação do cesto, devendo assim ter pessoal e maquinário para realizá-lo; caso seja necessário, será responsável também pela desinstalação se houver devolução.

14.1 2 – O Sr. Guilherme Gaspar Magnusson (gestor) e o Sr. Murilo da Silva Mello (fiscal), da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, serão os responsáveis pela fiscalização dos serviços, que deverão ser realizados conforme constante no Termo de Referência que faz parte deste edital e pela conferência das notas fiscais.

a) O **gestor** é o representante da administração pública responsável por gerenciar o empenho. É sua atribuição principal garantir que as obrigações contratuais sejam cumpridas segundo os termos estabelecidos, verificando o cumprimento das condições pactuadas, analisando e autorizando os pagamentos devidos, entre outras atividades relacionadas à gestão contratual.

b) O **fiscal** acompanha de perto a execução da entrega do empenhado, ele deve fiscalizar o desenvolvimento dos trabalhos, atestar o recebimento provisório e definitivo dos serviços ou produtos contratados, solicitar correções ou ajustes quando necessário e emitir relatórios de acompanhamento para subsidiar o gestor em suas decisões.

14.2.1 - Quando da substituição do gestor, o Secretário da pasta assumirá essa responsabilidade, enquanto não seja efetuada essa alteração por meio de Ofício; bem como, a substituição do fiscal, será indicada através do Secretário da pasta.

14.3 – O equipamento será recebido **provisoriamente** para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e outros dados pertinentes. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o equipamento e serviço foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, o fornecedor será notificado por escrito. Nesse caso, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício de contagem dos prazos.

14.3.1 – Após o recebimento provisório e sendo aprovados, será efetivado o recebimento **definitivo**, com assinatura nas vias da nota fiscal.

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - O prazo para o pagamento será em até 10 (dez) dias, contados a partir da liquidação realizada pela Secretaria ordenadora da despesa e exclusivamente mediante depósito/transferência em conta bancária do fornecedor e boleto bancário com código de barras.

15.1.1 - Quanto à emissão da Nota Fiscal, a empresa deverá fazer constar no seu corpo o número da **NOTA DE EMPENHO**, preferencialmente em destaque, sendo que na sua ausência a mesma será recusada.

15.2 - Nenhum pagamento antecipado será efetuado à empresa, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

15.3 - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 15.1 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

15.4 - O pagamento em atraso ensejará a incidência de correção monetária “pro rata” pela variação do INPC/IBGE, juros, também “pro rata dia” de 0,70% (setenta centésimos por cento) ao mês e multa moratória de 2% (dois por cento) após o 10º (décimo) dia.

16 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas na Nota de Empenho, poderá a secretaria gerenciadora aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

a) advertência;

b) por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

c) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do empenho, ou proporcional por cada descumprimento;

d) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no edital, será considerado rescindido o Empenho e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

e) dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

f) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.2 – O licitante ou contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.3 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.4 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

17 - DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

17.2 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.3 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.4 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

17.5 - Da contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes na Prefeitura de Indaiatuba.

17.6 - A Pregoeira ou a Autoridade Superior, no interesse público, poderá sanar ou relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação e o direito das demais licitantes, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.7 - O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.8 - As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.9 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na Imprensa Oficial do Município ou no Diário Oficial do Estado.

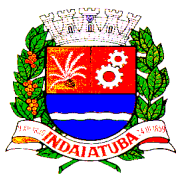
17.10 - A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

17.11 - Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pela Pregoeira, comunicando-se devidamente aos licitantes participantes.

17.12 - Os casos omissos serão decididos pela Pregoeira e Equipe de Apoio em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citados no preâmbulo deste edital.

17.13 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes desta licitação será o da Comarca de Indaiatuba, por mais privilegiado que seja outro.

17.14 - E para que ninguém alegue desconhecimento, este edital será divulgado em resumo na Imprensa Oficial do Município, no Diário Oficial do Estado, no Jornal Gazeta de São Paulo, site



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

da Prefeitura Municipal de Indaiatuba (www.indaiatuba.sp.gov.br), (www.bbmnet.com.br) e (PNCP) Portal Nacional de Compras Públicas.

17.15 - Constitui parte integrante deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Descrição do Objeto e Termo de Referência;
Anexo II - Declarações (dando ciência de que cumprem plenamente as condições do edital.

Indaiatuba, 07 de maio de 2026

CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ANEXO I

Item	Quant.	Unid.	Descrição
1	1 MOBILIDADE URBANA RC 65/2026 - Item 1	UNIDADE	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CESTO AÉREO ISOLADO TIPO PANTOGRÁFICO OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE E/OU SUPERIOR COM CESTO EM FIBRA DE VIDRO, INSTALADO SOBRE VEÍCULO PICK-UP CHASSI CABINE SIMPLES, COM CAPACIDADE PARA 01 OPERADOR; ALTURA MÁXIMA DE TRABALHO: 10 METROS; ALTURA ATÉ A BASE DO CESTO: 8,5 METROS; ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL: 4,5 METROS; GIRO CONTÍNUO DE 360°; LANÇA SUPERIOR ISOLADA PARA TRABALHOS EM LINHA VIVA COM ISOLAMENTO ELÉTRICO MÍNIMO DE 46 KV CATEGORIA C, COM CERTIFICAÇÃO E ENSAIOS DIELETRICOS; CESTO INDIVIDUAL EM FIBRA DE VIDRO COM LINER ISOLANTE; COMANDO OPERACIONAL NO CESTO E NA BASE COM PRIORIDADE PARA A BASE; SISTEMA DE NIVELAMENTO AUTOMÁTICO DO CESTO; VÁLVULAS DE SEGURANÇA TIPO HOLDING NOS CILINDROS HIDRÁULICOS; SISTEMA DE EMERGÊNCIA COM BOMBA MANUAL; BOTÃO DE PARADA DE EMERGÊNCIA NO CESTO E NA BASE; HORÍMETRO; SISTEMA DE ATERRAMENTO DO CHASSI; 02 SAPATAS ESTABILIZADORAS TRASEIRAS TIPO "A" COM VÁLVULAS DE RETENÇÃO DUPLAMENTE PILOTADAS; ENGATE RÁPIDO PARA FERRAMENTAS HIDRÁULICAS; SUPORTE PARA CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA; SOBRECHASSI EM AÇO E ASSOALHO EM CHAPA XADREZ DE ALUMÍNIO; 02 ARMÁRIOS LATERAIS FABRICADOS EM MATERIAL METÁLICO ESTRUTURAL DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, EM AÇO OU ALUMÍNIO, OU MATERIAL TECNICAMENTE EQUIVALENTE, COM PRATELEIRAS INTERNAS; FAIXAS REFLETIVAS E PROTEÇÃO LATERAL CONFORME NORMAS DO CONTRAN; EQUIPAMENTO ACIONADO POR SISTEMA HIDRÁULICO COM SISTEMA AUXILIAR POR BATERIA; CONFORME NORMAS ABNT NBR 16092, NR-12 E DEMAIS NORMAS DE SEGURANÇA APLICÁVEIS

TERMO DE REFERENCIA

1.Objeto:

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição e instalação de cesto aéreo isolado, tipo pantográfico ou tecnologia equivalente e/ou superior, destinado à execução de trabalhos em altura, a ser instalado em veículo pertencente à frota da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, modelo Chevrolet S10 LT Diesel, chassi cabine simples, ano/modelo 2026, conforme especificações técnicas estabelecidas neste documento.

O equipamento deverá ser fornecido completo, incluindo todos os componentes estruturais, hidráulicos, mecânicos e elétricos necessários ao seu pleno funcionamento, bem como os serviços de instalação, montagem, adaptação e integração ao veículo indicado pela Administração, devendo o conjunto ser novo, sem uso anterior, devidamente testado e entregue em perfeitas condições operacionais.

No momento da licitação, as empresas deverão, obrigatoriamente, indicar em suas propostas a marca, o modelo e o fabricante do produto ofertado, devendo anexar, juntamente com a proposta, o catálogo técnico do equipamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: marca, modelo e descrição completa do produto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

O equipamento apresentado na fase de habilitação deverá corresponder integralmente à marca e ao modelo indicados na proposta apresentada pela licitante, podendo esta ser inabilitada em caso de descumprimento das exigências estabelecidas.

2. Justificativa:

A presente aquisição visa atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, especialmente no que se refere à execução de serviços em altura relacionados à manutenção, instalação e inspeção de equipamentos e estruturas vinculadas à infraestrutura viária do município.

As atividades desenvolvidas pela Secretaria frequentemente envolvem intervenções em pontos elevados, tais como manutenção e ajustes em conjuntos semaforicos, sinalização aérea, dispositivos de monitoramento e demais equipamentos instalados em postes e estruturas localizadas ao longo das vias públicas.

Nesse contexto, a utilização de cesto aéreo constitui solução adequada para garantir condições seguras e eficientes para a execução desses serviços, permitindo o acesso controlado e seguro dos servidores aos locais de intervenção, em conformidade com as normas de segurança aplicáveis às atividades em altura.

A instalação do equipamento em veículo pertencente à frota municipal possibilitará maior autonomia operacional às equipes da Secretaria, contribuindo para maior agilidade no atendimento das demandas de manutenção da infraestrutura de mobilidade urbana, redução de riscos aos servidores envolvidos nas atividades e melhoria na prestação dos serviços oferecidos à população.

Dessa forma, a aquisição do equipamento mostra-se necessária para fortalecer a capacidade operacional da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, assegurando melhores condições de trabalho às equipes técnicas e maior eficiência na execução das atividades relacionadas à organização e segurança do trânsito no município.

3. Especificações Técnicas

O objeto da presente aquisição consiste na aquisição e instalação de cesto aéreo isolado, tipo pantográfico ou tecnologia equivalente ou superior, destinado à execução de trabalhos em altura, a ser instalado no veículo pertencente à frota da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, modelo Chevrolet S10 WT Diesel, chassi cabine simples, ano/modelo 2026.

O equipamento deverá ser fornecido completo, incluindo todos os componentes estruturais, hidráulicos, mecânicos e elétricos necessários ao seu pleno funcionamento, bem como os serviços de montagem, adaptação, instalação e integração ao veículo da Administração. O conjunto deverá ser novo, sem uso anterior, devidamente montado, testado e entregue em perfeitas condições operacionais.

A plataforma deverá possibilitar o acesso seguro do operador a estruturas elevadas utilizadas em atividades de manutenção, instalação e inspeção de equipamentos urbanos. O equipamento deverá possuir altura mínima de trabalho de 10 metros, altura mínima até a base do cesto de 8,5 metros e alcance horizontal mínimo de 4,5 metros, garantindo adequada amplitude de movimentação durante a execução das atividades.

O sistema deverá permitir giro contínuo de 360° da torre, possibilitando maior mobilidade operacional e posicionamento adequado do operador durante os trabalhos. O conjunto deverá



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

possuir sistema hidráulico dimensionado para operação segura e eficiente, com pressão de trabalho aproximada de 175 bar.

O equipamento deverá ser compatível para instalação em veículo com peso bruto total mínimo de 2,86 toneladas e entre eixos mínimo de 3.220 mm, garantindo adequada distribuição de carga, estabilidade estrutural e segurança durante a operação.

3.2 Sistema de Isolamento, Operação e Segurança

O equipamento deverá possuir lança superior isolada, adequada para trabalhos em linha viva, com capacidade mínima de isolamento elétrico de 46 kV – categoria C.

A lança superior isolada e o liner isolante do cesto deverão possuir certificação mediante ensaios dielétricos realizados em laboratório especializado, com apresentação dos respectivos laudos técnicos e certificados de ensaio, comprovando a conformidade do sistema de isolamento elétrico.

Os ensaios deverão atestar a integridade estrutural e elétrica dos componentes isolados, garantindo condições seguras de operação em atividades realizadas próximas a redes energizadas.

A Administração poderá solicitar, no ato do recebimento do equipamento, a apresentação dos certificados originais ou cópias autenticadas dos ensaios de isolamento, bem como demais documentos técnicos que comprovem o atendimento às normas de segurança aplicáveis.

O cesto de trabalho deverá ser individual e fabricado em fibra de vidro, material que proporciona propriedades isolantes e elevada resistência mecânica. O cesto deverá possuir liner isolante interno certificado, proporcionando proteção adicional ao operador durante a execução das atividades.

O equipamento deverá possuir sistema de comando instalado no cesto e na base do equipamento, com prioridade para o comando localizado na base, garantindo maior controle operacional e segurança durante a execução dos serviços. O conjunto deverá possuir sistema de nivelamento automático do cesto, mantendo o operador em posição adequada durante a movimentação das lanças.

Os cilindros hidráulicos responsáveis pela movimentação da plataforma deverão ser dotados de válvulas de segurança tipo holding, evitando descidas involuntárias ou movimentos bruscos em caso de falha hidráulica. O equipamento deverá possuir ainda horímetro para controle das horas de operação, inclinômetro para monitoramento da inclinação do conjunto e sistema de aterramento do chassi.

Para situações emergenciais, o equipamento deverá possuir sistema de emergência dotado de bomba manual, permitindo o recolhimento da estrutura em caso de falha no sistema principal, bem como botões de parada de emergência instalados no cesto e na base do equipamento.

A estabilidade do equipamento durante a operação deverá ser garantida por duas sapatas estabilizadoras traseiras tipo "A", dotadas de válvulas de retenção duplamente pilotadas, além de sistema de segurança que impeça o recolhimento das sapatas enquanto as lanças estiverem fora da posição de repouso.

3.3 Estrutura, Acessórios e Instalação do Equipamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

O equipamento deverá ser instalado em sobre chassi estrutural fabricado em aço carbono, dimensionado para suportar os esforços decorrentes da operação da plataforma. O conjunto deverá possuir travessas estruturais reforçadas, tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura adequada para uso externo.

O assoalho da carroceria deverá ser confeccionado em chapa xadrez de alumínio, proporcionando resistência mecânica, durabilidade e menor peso estrutural.

O conjunto deverá possuir dois armários laterais destinados ao acondicionamento de ferramentas e equipamentos operacionais, fabricados em material metálico estrutural de alta resistência mecânica, podendo ser em aço, alumínio ou material tecnicamente equivalente ou superior, devendo possuir estrutura reforçada, dobradiças resistentes, sistema de vedação contra entrada de água e poeira e prateleiras internas para organização dos materiais.

O equipamento deverá possuir ainda engate rápido para ferramentas hidráulicas, suporte para fixação de cinto de segurança tipo paraquedista e demais dispositivos necessários à execução segura das atividades.

A estrutura deverá possuir faixas refletivas e dispositivos de proteção lateral, em conformidade com as normas vigentes do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

A instalação deverá ser realizada por empresa especializada, incluindo todos os serviços necessários à adaptação e integração do equipamento ao veículo da Administração, realização de testes operacionais e entrega técnica do conjunto em perfeitas condições de funcionamento.

O equipamento deverá ser plenamente compatível com o veículo Chevrolet S10 chassi cabine simples pertencente à frota da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, devendo sua estrutura, dimensões, peso e sistema de instalação atender às características técnicas do veículo, garantindo segurança operacional, estabilidade e adequado desempenho durante a utilização.

As especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência representam requisitos mínimos obrigatórios, sendo admitidos equipamentos com características equivalentes ou superiores, desde que mantidas a funcionalidade, a segurança, o desempenho operacional e a compatibilidade com o veículo indicado, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

4. Fundamentação Legal

A presente aquisição e instalação será realizada por meio de procedimento licitatório, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O presente Termo de Referência foi elaborado em atendimento ao disposto no art. 18 da referida Lei, que estabelece a necessidade de planejamento prévio das contratações públicas, bem como em consonância com o Estudo Técnico Preliminar que demonstrou a necessidade administrativa, a viabilidade técnica e a adequação da solução proposta.

No que se refere às condições de segurança para operação de máquinas e equipamentos, deverão ser observadas as disposições da NR-12, que estabelece requisitos mínimos para prevenção de acidentes e proteção dos trabalhadores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

Considerando tratar-se de equipamento destinado à execução de atividades em altura, deverão ser observadas também as disposições da NR-35, que estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho realizado acima de dois metros do nível inferior.

O equipamento deverá ainda atender aos requisitos técnicos estabelecidos na ABNT NBR 16092, que trata das condições técnicas e de segurança para fabricação e operação de cestos aéreos isolados destinados a trabalhos em linhas energizadas.

No que se refere às características de segurança e sinalização do veículo adaptado, deverão ser observadas as normas e resoluções aplicáveis do Conselho Nacional de Trânsito.

5. Qualificação técnica da empresa, responsabilidade técnica e documentação técnica do equipamento

A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá indicar responsável técnico habilitado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou conselho profissional competente, que será responsável pela supervisão técnica dos serviços de instalação e adaptação do equipamento.

O profissional deverá fazer parte do quadro permanente da empresa licitante até a data da apresentação do documento de habilitação e proposta, na condição de empregado, contratado, diretor ou sócio, obrigatoriamente comprovado através de documentação pertinente a condição;

Deverá ser apresentada Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, referente aos serviços de instalação do equipamento no veículo da Administração, a qual deverá ser emitida antes da execução da instalação.

A instalação deverá ser realizada por profissionais qualificados e sob supervisão do responsável técnico, garantindo a integridade estrutural do veículo, o correto funcionamento do equipamento e o atendimento às normas técnicas de segurança aplicáveis.

5.1 Documentação Técnica do Equipamento

A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar documentação técnica correspondente ao equipamento ofertado, conforme marca, modelo e fabricante indicados na proposta.

- Laudos técnicos e ensaios, especialmente aqueles relacionados ao sistema de isolamento elétrico e segurança operacional;

- Termo de garantia do equipamento, emitido pelo fabricante ou fornecedor, indicando o prazo e as condições de cobertura contra defeitos de fabricação. O documento deverá conter também informações sobre a assistência técnica autorizada responsável pela manutenção do equipamento, incluindo a identificação da empresa ou rede de assistência técnica habilitada a realizar atendimentos, reparos e suporte durante o período de garantia;

- Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem fornecimento e/ou instalação de equipamento similar ao objeto deste Termo de Referência.

A não apresentação da documentação exigida ou a comprovação de que o equipamento ofertado não atende às especificações estabelecidas neste Termo de Referência implicará na inabilitação da licitante, sendo convocada a empresa classificada na sequência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

6. Descrição Dos Requisitos Para O Fornecimento Do Objeto:

A empresa vencedora deverá fornecer e realizar a instalação do cesto aéreo isolado conforme as especificações constantes neste Termo de Referência, observando obrigatoriamente os requisitos mínimos de desempenho, resistência, funcionalidade e segurança, bem como o cumprimento das normas técnicas aplicáveis, emitidas pelos órgãos oficiais competentes.

A empresa será integralmente responsável pelo fornecimento do equipamento, materiais, componentes, acessórios e demais itens necessários para a instalação completa do conjunto no veículo indicado pela Administração, garantindo seu pleno funcionamento e adequação operacional.

A instalação deverá ser executada por profissionais qualificados e tecnicamente habilitados, assegurando a integridade estrutural do veículo, o correto funcionamento do equipamento e o atendimento às normas de segurança aplicáveis.

A empresa vencedora deverá executar diretamente o fornecimento e a instalação do objeto, não sendo permitida a transferência da responsabilidade pela execução para terceiros, permanecendo responsável pela qualidade dos serviços prestados e pelo perfeito funcionamento do equipamento instalado.

Equipamentos fornecidos ou instalados em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, bem como aqueles que apresentarem defeitos de fabricação, avarias, danos estruturais ou falhas de funcionamento, serão recusados pela Administração, devendo ser corrigidos, substituídos ou reinstalados sem qualquer ônus adicional.

Nos valores apresentados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento e instalação do equipamento, incluindo transporte, mão de obra, ferramentas, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, comerciais e quaisquer outras despesas necessárias à execução integral do objeto.

Caso a empresa vencedora esteja localizada em um raio de até 100 km do Município de Indaiatuba/SP, a Administração Pública responsabilizar-se-á pelo deslocamento do veículo até o local de instalação. Nos casos em que a empresa esteja situada a distância superior, o transporte do veículo deverá ser providenciado pela empresa vencedora, por meio de guincho ou serviço equivalente, sem custos adicionais para a Administração.

Tal medida encontra-se alinhada aos princípios da economicidade e da vantajosidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, buscando assegurar a solução mais eficiente para a Administração Pública, com otimização de recursos e adequada execução do objeto.

A empresa deverá disponibilizar assistência técnica e suporte para serviços de manutenção, regulagens e ajustes sempre que necessário durante o período de garantia, garantindo o adequado funcionamento do equipamento.

O equipamento deverá ser entregue devidamente instalado, ajustado e testado, em perfeito estado de conservação e funcionamento, não podendo apresentar danos físicos, mecânicos ou estruturais que comprometam sua aparência, segurança ou desempenho operacional.

7. Garantia

O equipamento objeto deste Termo de Referência deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega definitiva e aceite pela Administração, abrangendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

defeitos de fabricação, montagem, funcionamento e desempenho dos componentes estruturais, hidráulicos, mecânicos, elétricos e sistemas de segurança do cesto aéreo instalado.

Durante o período de garantia, a empresa fornecedora será responsável pela correção de quaisquer falhas ou defeitos apresentados, incluindo fornecimento de peças, componentes, ajustes, regulagens e mão de obra necessária, sem ônus adicional para a Administração Pública.

A garantia não se aplicará aos danos decorrentes de uso inadequado do equipamento, operação por pessoal não habilitado, sobrecarga acima dos limites especificados pelo fabricante ou intervenções realizadas por terceiros sem autorização da empresa fornecedora.

A empresa deverá disponibilizar assistência técnica especializada, garantindo atendimento adequado para manutenção corretiva sempre que necessário durante o período de garantia, devendo informar canais de atendimento, prazos estimados para suporte e procedimentos para abertura de chamados técnicos.

Caso seja necessária a remoção do equipamento ou do veículo para realização de reparos cobertos pela garantia, todas as despesas decorrentes correrão por conta da empresa fornecedora, não gerando custos adicionais à Administração.

O equipamento deverá ser entregue acompanhado dos seguintes documentos: Manual de operação em língua portuguesa; Manual de manutenção preventiva; Certificados de ensaios e laudos de isolamento dielétrico; Termo de garantia do fabricante; Orientações técnicas de segurança e operação.

8. Da entrega

O fornecimento e a instalação do equipamento deverão ser concluídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da disponibilização do veículo Chevrolet S10 pela Administração no local indicado pela empresa vencedora para realização da instalação.

O equipamento deverá ser entregue devidamente instalado, testado e em pleno funcionamento, acompanhado dos manuais, certificados e documentos técnicos exigidos neste Termo de Referência.

Após a conclusão da instalação do equipamento, a empresa fornecedora deverá realizar entrega técnica, com demonstração completa do funcionamento do cesto aéreo, incluindo testes operacionais dos sistemas hidráulicos, de segurança, estabilização, movimentação da lança e comandos de operação.

Concluída a instalação e realizada a entrega técnica, será efetuado recebimento provisório, para verificação das condições do equipamento e da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. Caso sejam constatadas irregularidades, a empresa será notificada para realizar as correções necessárias, ficando suspensos os prazos de recebimento e pagamento até a regularização.

Estando o equipamento em conformidade e comprovado o correto funcionamento de todos os seus sistemas, será realizado o recebimento definitivo, mediante atesto na nota fiscal pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

9. Condições De Pagamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

O prazo para o pagamento será em até 10(dez) dias, contados a partir da conclusão da instalação e emissão do termo de aceite, e exclusivamente mediante depósito/transferência em conta bancária do fornecedor e boleto bancário com código de barras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ANEXO II

DECLARAÇÕES

(Solicitamos encaminhar juntamente com os documentos de habilitação, sua ausência não será motivo de desclassificação, mas a licitante poderá ser advertida)

A empresa (razão social), CNPJ nº, Inscrição Estadual nº, ou Inscrição Municipal nº, aqui devidamente representada pelo Sr(a), infra-assinado, DECLARA, por este e na melhor forma de direito, concordar com os termos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2026**, dos respectivos documentos e anexos da Licitação, conforme abaixo especificado:

1) Declara ainda, que acatará integralmente quaisquer decisões que venham a serem tomadas pela Pregoeira e Equipe de apoio ou pela Administração da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, quanto à habilitação, classificação e adjudicação, ressalvados os nossos direitos legais de recursos.

2) Declara para os devidos fins não possuir em seu quadro societário ou empresa individual, responsáveis ocupante de cargo público com o Município de Indaiatuba, Autarquias e Fundações.

3) Declara, outrossim, que não existe, até o presente momento, qualquer impedimento quanto à habilitação no presente certame e, que caso venham a conhecer, no decorrer do certame, comprometemo-nos a comunicá-los de imediato a Prefeitura Municipal de Indaiatuba.

4) Declaramos que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

6) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto do Pregão Eletrônico e os termos constantes no presente certame, seus ANEXOS e do Regulamento do Sistema de Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias, e que temos totais condições de atender e cumprir todas as exigências ali contidas, inclusive as demais formalidades relativas à documentação que deverá ser apresentada para fins habilitação.

....., de de 2026

Nome e assinatura do representante legal
CPF nº